

## Territorialidades socioambientais e suas bases teórico-metodológicas

Francisco Pontes de Miranda<sup>1</sup>

Rafael Ângelo Fortunato<sup>2</sup>

### RESUMO

O grupo Colab/PPGMA-UERJ desenvolve o conceito inovador de Territorialidades Socioambientais (TSA) para compreender como movimentos sociais transformam espaços em territórios de resistência. Através de pesquisas etnográficas analisamos práticas contra-hegemônicas que ressignificam territórios. Nosso trabalho visa fortalecer redes comunitárias e subsidiar políticas públicas participativas, articulando justiça ambiental e desenvolvimento territorial sustentável.

**Palavras-chave:** Territorialidades socioambientais, perspectiva etnográfica, justiça social.

### ABSTRACT

The Colab/PPGMA-UERJ research group develops the innovative concept of Socio-environmental Territorialities (TSA) to understand how social movements transform spaces into territories of resistance. Through ethnographic research, we analyze counter-hegemonic practices that redefine territories. Our work aims to strengthen community networks and support participatory public policies, bridging environmental justice and sustainable territorial development.

**Kew-words:** Socio-environmental territorialities, Ethnographic perspective, Social justice

## 1. Introdução

Estamos trabalhando na construção de um novo conceito que decidimos chamar de “territorialidades socioambientais” (TSA). Fazemos parte de um grupo de pesquisa formado por três doutores e seis doutorandos do “Programa de Pós-Graduação em Meio

<sup>1</sup> Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente (PPGMA) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Professor e Coordenador do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente (PPGMA) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Ambiente” (PPGMA) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O Grupo de pesquisa “Colab – Territorialidades Socioambientais” possui reconhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O conceito está sendo trabalhado em todas as teses, com diferentes níveis de aprofundamento, e, além disso foi tema teórico-metodológico de várias publicações como periódicos científicos, capítulos de livros e resumos para seminários, encontros e congresso. Assim como, artigos de jornais de notícias. Na presente publicação, vemos um espaço importante para escrevermos um ensaio sobre nossa linha de pensamento teórico e metodológico. Espaços como este permitem aos pesquisadores testarem suas construções epistemológicas.

De acordo com Bachelard (1996, p. 76) “a conceitualização científica precisa de uma série de conceitos em vias de aperfeiçoamento para chegar a dinâmica que pretendemos, para formar um eixo de pensamentos inventivos”

Seguimos a premissa de que precisamos pensar em estratégias políticas de fortalecimento mútuo e de criação de redes de solidariedade para intensificarmos as reflexões sobre as ações socioambientais e seguirmos construindo políticas de sustentabilidade que contribuam com a qualidade de vida da população.

Os temas trabalhados no grupo “Colab – Territorialidades socioambientais” são: movimentos sociais e resíduos sólidos (Denise de Mattos Gaudard), comunidade indígena em áreas urbanas (Valéria Chaves), agroecologia e turismo rural (Mônica de Souza Corrêa), áreas verdes em adensamentos urbanos (Paula Thaise Bermudez dos Reis) e agroecologia em contexto urbano (Monique das Neves Silva). Francisco Pontes de Miranda Ferreira, trabalhou o tema em sua tese de doutorado, defendida em 2023, em que o tema foi pela primeira vez abordado de forma científica (FERREIRA, 2023). Além disso, contamos com o apoio da doutora Débora Mury Alves Chueiri, que investigou e escreveu uma tese sobre os problemas socioambientais na Ilha Grande (Brasil) e na Île d’Oléron (França) (CHUEIRI, 2021).

Nosso texto é, portanto, resultado de pesquisas que tratam de movimentos sociais que através de suas ações interferem diretamente nas territorialidades e apontam para as contradições do atual modelo de desenvolvimento que influencia na construção das territorialidades hegemônicas.

Estamos tratando de espaços geográficos vividos (COELHO NETO, 2014) (SANTOS, 1998), psicossociologicamente construídos no cotidiano e formados, principalmente, por comunidades urbanas, rurais e litorâneas, que, de alguma forma, estão pensando em alternativas para melhoria das condições socioambientais por meio da organização da sociedade civil.

As territorialidades socioambientais são criadas, mesmo que de forma transitória, quando grupos organizados expressam uma cultura e um modo de pensar

pautado pela agenda socioambiental. Nesse movimento, criam-se redes de sentidos e significados que influenciam pessoas e estabelecem relações de poder contra-hegemônicas.

As redes se manifestam em todos os momentos em que pessoas se unem compartilhando linguagens, símbolos, significados e valores, imprimindo suas marcas nos espaços vividos e se apoiando mutuamente para construir novas territorialidades nos espaços cotidianos.

Grande parte dos pesquisadores do laboratório colaborativo (Colab) atuam com entrevistas semiestruturada e adotam a perspectiva etnográfica, pois realizam imersões nas realidades das comunidades onde são observadores e participantes ativos nos processos de pesquisa (VELHO, 2013). Optamos pela perspectiva etnográfica por acreditarmos na parceria dos acadêmicos com os protagonistas locais, que não são tratados apenas como objetos de estudo (SANGASUBANA, 2009).

Por meio das pesquisas realizadas no grupo pretende-se fortalecer os movimentos socioambientais do estado do Rio de Janeiro e construir redes de apoio mútuo, reconhecendo os sujeitos como capazes de criarem força política, atuando como aglutinadores e dispersores dos problemas e soluções socioambientais no mundo contemporâneo.

## 2. Socioambientalismo e territorialidades

O ambientalismo surgiu no final do século XIX e nos fez questionar o papel da ciência e da tecnologia, mas os discursos em torno do ambientalismo são diversificados e muitas vezes contraditórios (CASTELLS, 1999). Necessitamos focalizar a análise social dos debates ecológicos não só na visão da natureza defendida por estes grupos, mas também nas propostas de reorganização da sociedade e do espaço (HARVEY, 1996).

Para darmos maior coesão aos nossos argumentos, precisamos compreender o que estamos entendendo pelo uso do termo “socioambiental”. Ele é construído a partir de uma noção de que não podemos separar sociedade e natureza, pois a proteção da natureza sem uma reflexão sobre as contradições sociais pode gerar uma série de injustiças e pode não atender aos anseios das populações que moram em determinados territórios.

O socioambientalismo ganha força com o movimento dos “povos da floresta” (SANTILLI, 2005) (ALMEIDA, 2004) e com o entendimento de que manter a floresta e a natureza preservada pode ser um caminho para geração de emprego, renda e inclusão social.

Por meio do socioambientalismo pensamos em uma forma de criar territorialidades marcadas pelo associativismo e pela inclusão social conectada com a preservação do ambiente natural.

Nesse contexto, constatamos a importância dos saberes locais, dos saberes dos ribeirinhos, dos indígenas, dos quilombolas, dos caiçaras e dos pescadores para manutenção das áreas de preservação e para construção do bem viver (ACOSTA, 2019) (FORTUNATO, 2020).

Assim, grupos sociais, como o movimento liderado por Chico Mendes no Acre, levantam questões ambientais importantes e se organizam pela cidadania, podendo o resultado ser a transformação do território. Estas mudanças no espaço geográfico representam mudanças estruturais e rompimentos com continuidades do poder econômico hegemônico.

A “ecologização” de movimentos sociais no mundo inteiro na década de 1980 foi, em certo sentido, resultado de processos estruturais amplos. Mas por que esse processo eclodiu justamente no Acre? Ou melhor, por que a conjuntura foi utilizada nesse pequeno estado, e ali deu origem às primeiras terras coletivamente apropriadas por populações da floresta? É nesse espaço de subdeterminação que tem lugar a margem de liberdade que amplia o horizonte do possível e que se materializou nas trajetórias de Chico Ginu, Antônio Macedo e Chico Mendes (ALMEIDA, 2004, p. 49).

As lideranças de comunidades, como as dos seringueiros do Acre ou das comunidades urbanas, rurais ou litorâneas que nossos pesquisadores se debruçam, exercem o papel do que chamamos de “intelectuais orgânicos” (GRAMSCI, 1968), que buscam melhorias da sua qualidade de vida a partir das potencialidades e dos saberes encontrados em seus próprios territórios, buscam, portanto, um desenvolvimento endógeno (ZAOUAL, 2010).

O desenvolvimento endógeno trabalha com a noção de que os indivíduos não podem ser reduzidos à sua dimensão econômica. Os indivíduos precisam ser pensando a partir do seu “sítio simbólico de pertencimento” (ZAOUAL, 2010) que abrange as dimensões sociais, culturais, políticas, econômicas, tecnológicas e psicológicas. O desenvolvimento endógeno é baseado no território e nos saberes que emergem da sua construção simbólica e material.

Esses tipos de saberes, na visão de Boaventura de Souza Santos (2002), compõe uma “ecologia de saberes” e aparecem como elementos essenciais para construção de novas formas de pensarmos a realidade a partir do que o autor vai chamar de as

“epistemologias do sul”, em contraponto as ideias que pensaram o hemisfério norte como superior por meio do processo de colonização.

Nesse sentido, pensamos em uma ciência que seja capaz de incorporar os saberes locais e os saberes do senso comum ao meio acadêmico, para que a ciência seja capaz de oferecer contribuições para requalificação do senso comum ao propor uma dupla ruptura epistemológica. Segundo Santos (1989)

Enquanto a primeira ruptura é imprescindível para construir a ciência, mas deixa o senso comum tal como estava antes dela, a segunda ruptura transforma o senso comum com base na ciência... dupla ruptura epistemológica tem por objetivo criar uma forma de conhecimento, ou melhor, uma configuração de conhecimentos que, sendo prática, não deixe de ser esclarecida e, sendo sábia, não deixe de estar democraticamente distribuída (SANTOS, 1989, p. 41-42)

Tendo em vista a necessidade de uma intensificação dos diálogos entre pessoas com diferentes saberes, pensamos em trabalhar com o conceito de território, pois são nos territórios que as disputas de narrativas ocorrem e é onde fica evidente a necessidade de um olhar complexo para humanizar o pensamento e dar concretude as teorias.

Território e territorialidade são conceitos transdisciplinares que dialogam com saberes da geografia, sociologia, economia, psicologia social e antropologia, dentre outros.

As pesquisas que incorporam esses conceitos enfatizam o processo de apropriação, dominação e (re) produção do território e as relações de poder. Estes fatores fazem parte da formação dos territórios e das territorialidades e, nesse processo, evidenciamos a dominação, a resistência e as interações onde se destacam os agentes do capital, o Estado e os movimentos sociais.

O território é construído a partir da apropriação do espaço geográfico, onde se expressam relações de poder das quais resultam territórios desiguais e áreas de conflitos. O território é uma construção coletiva, multidimensional e que forma diversas territorialidades em movimento (ACSELHARD, 2004; HAESBAERT, 1997; 2016; SAQUET, 2019).

Na vida cotidiana e na constante apropriação e produção do território, há indivíduos e organizações sociais (instituições) públicas e privadas e não-governamentais com suas próprias regras, objetivos, princípios, representações e características econômicas, políticas e culturais. Há múltiplos arranjos sociais e



territoriais, que vão desde o indivíduo, passando pela família e pelas organizações de bairro ou de agentes rurais, até grandes organizações políticas e/ou culturais e/ou empresariais. Há desigualdades econômicas entre as famílias e unidades produtivas (urbanas e rurais), bem como traços comuns entre pessoas, famílias, associações, empresas... (SAQUET, 2019: 84).

Trabalhamos com o conceito de territorialidades para analisarmos como a sociedade civil se organiza e busca “espaço político” que podem resultar em importantes transformações no território. Vamos procurar compreender como a organização política, por parte de movimentos sociais, podem forjar territorialidades socioambientais em resposta às territorialidades já existentes.

Para a compreensão do território e das territorialidades, a atuação dos movimentos sociais é um fator relevante, na medida em que a transformação da natureza, através dos processos de produção, afeta diretamente a construção da realidade.

As dinâmicas territoriais emergem das contradições sociais, dos conflitos gerados e do limite da exploração dos recursos naturais presentes no território e, assim, grupos em condições de maior vulnerabilidade criam identidades coletivas que se tornam ponto de partida para as transformações.

Os movimentos sociais, formados pelas identidades coletivas, identificam a situação de desigualdade e de degradação da natureza. Fato que propicia o engajamento político (PEET e WATTS, 1996) e faz surgirem alternativas ao modelo de desenvolvimento econômico. Formam-se “territórios de resistência” (ALIMONDA, 2002).

Comunidades em diversas localidades urbanas, rurais, do litoral, ribeirinhas e de áreas de floresta, com as quais nosso grupo trabalha, desenvolvem estratégias de resistência e formas de valorização de seus territórios e como consequência os conflitos ambientais aumentam em quantidade e intensidade.

O crescimento dos conflitos está diretamente relacionado com a expansão da economia neoliberal e os estudos dos conflitos exigem uma aproximação transdisciplinar e se tornam importante desafio para o meio acadêmico (RUGGERIO, BESANA e GALVEZ, 2022).

A crescente quantidade de conflitos ambientais na região (América Latina), sua intensidade e complexidade, suas causas e consequências, evidenciam a necessidade de aprofundarmos os estudos para compreendermos seu potencial de transformação socioambiental, entender e proporcionar soluções e facilitar um maior envolvimento dos setores acadêmicos na promoção do

debate ambiental (RUGGERIO, BESANA e GALVEZ, 2022: 13).

A perspectiva etnográfica inclui os interesses dos grupos sociais e a história que gerou o conflito e nossos pesquisadores pretendem colaborar para construção de políticas públicas e para tornar conhecidas as reivindicações dos grupos sociais por meio da formação de redes de solidariedade (FORTUNATO, 2020).

A etnografia dos conflitos socioambientais é uma forma de aumentar a visibilidade de grupos sociais que possuem menos “voz política” (LITTLE, 2006). Os conflitos envolvem atores sociais e recursos ambientais vividos no território e ocorre assim uma dinâmica do conflito, com diversas polarizações, táticas, alianças, coalizões que formam um processo a ser identificado e analisado. Acontece, portanto, um processo de identificação de privações, injustiças e desigualdades que conduzem ao confronto e à busca por reconhecimento (HONNETH, 2003).

Ressaltamos, portanto, os diversos arranjos sociais e institucionais construídos por uma sociedade apartada e ambientalmente insustentável em que novos significados surgem em resposta à padronização imposta pelo poder econômico e político e essa reflexão etnográfica torna-se útil para compreendermos o território e a transformação das territorialidades.

Incorporar o campo como um espaço que não está dado, que vai tomando sentido, se singularizando a partir do mergulho, das possibilidades criadas pelo conjunto (pesquisador e pesquisados) no decorrer da pesquisa, é elemento central em pesquisas dessa natureza e um desafio para o pesquisador. Esse processo sinuoso e complicado é um exercício que requer tempo, sensibilidade e muita paciência, principalmente para suportar a ansiedade de quem aprendeu a negociar individualmente com o(s) seu(s) sujeito(s) de pesquisa (DALMOLIN, LOPES e VASCONCELLOS, 2002: 34).

Nosso desafio é compreender como emergem as coletividades autônomas, capazes de transformar as territorialidades. Fato que implica no desenvolvimento do diálogo, da cooperação solidária, com a construção de projetos participativos locais. Para isso, necessitamos compreender as territorialidades, as temporalidades e os movimentos forjados.

A necessidade de um modelo alternativo de ocupação e transformação do território pode ser evidenciado por meio de uma interpretação dialética da relação sociedade/natureza existente. Pretendemos assim compreender outras opções de apropriação territoriais menos centralizadoras e degradantes do meio ambiente. Nos

interessa, principalmente, os discursos emancipatórios e de resistência por parte dos movimentos sociais (MACHADO, 2022).

As questões ambientais vêm sendo discutidas predominantemente em movimentos de classe média em que a agenda da justiça social não tem sido prioritário. No entanto, estamos assistindo uma transformação importante em que os movimentos sociais estão englobando as questões ambientais e forjando o que denominamos de territorialidades socioambientais.

Esta junção ocorreu, por exemplo, nas comunidades operárias dos Estados Unidos, a partir dos anos 1980, que realizavam denúncias contra depósitos de lixo tóxico nas proximidades de suas residências. Grupos ativistas afrodescendentes e de latinos reivindicavam democracia na distribuição dos riscos ambientais e criticaram os movimentos ambientais de classe média que não focavam a questão de injustiça ambiental.

Trata-se, também, de uma resposta à afirmação que muitos ambientalistas assumem ao dizerem que os problemas ambientais não interessam aos pobres. Pelo contrário, a pobreza, a contaminação, a proliferação de doenças e a falta de trabalho digno foram os motores do “ambientalismo popular”, tratando problemas historicamente construídos pela expansão do atual modelo de desenvolvimento (BULLARD, 2003).

Assistimos cada vez mais a multiplicidade de identidades, o aumento da condição híbrida e, segundo Haesbaert (2016), precisamos pensar na construção de novas territorialidades, com justiça socioambiental.

Entretanto, como iremos construir novas identificações, novas territorializações, e amar tudo o que existe, num mundo de crescente e abominável desigualdade, exclusão, segregação, violência e insegurança? Sem dúvida, seria redundante lembrar, para poder amar tudo que existe e construir territórios efetivamente – o que significa, sobretudo, afetivamente – apropriados, é necessário, primeiro, acabar com toda exploração e indiferença dos homens entre si e dos homens para com a própria natureza (HAESBAERT, 2016: 369-370).

O conjunto de transformações que se manifestam no território, através das consequências dos movimentos sociais organizados, formam as territorialidades socioambientais e perpassam pela gestão participativa.

Pensar sobre a participação social nos territórios é um desafio importante para o pesquisador diante da complexidade dos problemas socioambientais. O território é um espaço em que indivíduos e grupos sociais estão em constante “interação, conflitos e



disputas” (SAQUET, 2014: 13) e acreditamos serem capazes de forjarem o que estamos chamando de territorialidades socioambientais.

O conceito de *Buen Vivir*, conforme elaborado por Acosta (2019), emerge como uma contestação profunda ao modelo ocidental de desenvolvimento, denunciando sua mercantilização da vida, exacerbamento das desigualdades e desrespeito aos limites ecológicos. Ancorado nos saberes ancestrais dos povos indígenas sul-americanos, esta proposta reconhece a natureza como sujeito de direitos, rejeitando a lógica capitalista ao defender a desmercantilização de bens essenciais — como água e biodiversidade — e valorizando princípios comunitários, como reciprocidade e equilíbrio socioambiental.

Em convergência com essa perspectiva, Guattari (2022) desenvolve a ecosofia, um framework ético-político que articula três eixos indissociáveis: a preservação dos ecossistemas (ecologia ambiental), a transformação das estruturas de poder (ecologia social) e a reinvenção dos afetos e desejos humanos (ecologia da subjetividade). Para o autor, a superação da crise demanda não apenas mudanças macropolíticas, mas também uma revolução nas micropolíticas cotidianas, redefinindo formas de habitar, relacionar-se e interpretar o mundo.

Juntas, essas abordagens oferecem um horizonte transformador para espaços rurais e urbanos, confrontando a lógica predatória do capitalismo global. Enquanto o *Buen Vivir* resgata epistemologias tradicionais e propõe uma coexistência harmoniosa com a natureza, a ecosofia amplia o debate ao integrar a dimensão subjetiva e relacional. Ambas não só desconstróem o paradigma hegemônico, como também pavimentam caminhos para sociedades sustentáveis, fundadas em justiça ambiental, democracia radical e pluralidade de existências.

O conceito de territorialidades socioambientais representa uma inovação científica significativa ao oferecer uma perspectiva integrada para analisar as relações entre comunidades, ambiente e movimentos sociais, ampliando a compreensão das dinâmicas territoriais contemporâneas. Sua originalidade acadêmica justifica a consideração de mecanismos de propriedade intelectual para garantir o reconhecimento ético de seus criadores e a integridade do conceito. O desenvolvimento de uma marca associada a essa teoria - com identidade visual e estratégias de divulgação - pode potencializar sua disseminação entre acadêmicos, gestores públicos e organizações. Na prática, o conceito oferece bases sólidas para serviços de consultoria especializada, com estratégias que destacam sua aplicação em soluções inovadoras para desafios socioambientais (FORTUNATO ET AL., 2025). Como marco teórico, as territorialidades socioambientais estimulam novas pesquisas e metodologias, contribuindo tanto para o avanço das ciências sociais quanto para a formulação de políticas públicas mais efetivas, posicionando-se como ferramenta crucial para enfrentar os complexos problemas ambientais do século XXI.

### 3. Práxis Acadêmica e Compromisso com os Movimentos Sociais

A gestão participativa do território nos parece ser parte da solução para a conservação dos recursos naturais. Alguns dados produzidos pelo nosso grupo de pesquisa indicam ser importante a participação comunitária na formação das políticas que envolvem o uso e a transformação do espaço geográfico. A partir da práxis (ação-reflexão) os habitantes do território assumem o papel de protagonistas e conseguem garantir seus direitos. Assim são forjadas territorialidades socioambientais resultantes de ações contra-hegemônicas. É pela busca de “força política” que as novas territorialidades se fortalecem.

Uma forma de ampliar os resultados de um projeto é focar em mecanismos de comunicação que propiciem a cada indivíduos verbalizar a sua visão de mundo para construir sujeitos compartilhados, que sejam inclusivos e gerem pertencimento a todos os envolvidos, por meio de uma ecologia de sentidos (...) (MACHADO, 2022:70).

Uma concepção de desenvolvimento territorial voltada para o diálogo e a autonomia decisória, que inclua também a preservação da natureza, das identidades e dos vínculos territoriais, surge como resposta à reprodução ampliada e irrestrita do capital. Para alcançarmos estes objetivos ressaltamos a interdisciplinaridade e a participação social como princípios. Considera-se, portanto, a organização popular e a gestão participativa como alguns dos principais caminhos para alcançarmos as melhorias de qualidade de vida (SAQUET, 2018).

Na concepção e na proposta de trabalho que temos, entendemos que os sujeitos são múltiplos, nos espaços urbanos e rurais, vivendo cotidianamente como sínteses das relações sociedade-natureza. O território contém essas relações e significa, num primeiro nível, espaço de (in)formação, mobilização, luta e resistência aos agentes do capital, além de objeto de estudos e orientação conceitual na análise e interpretação científica (SAQUET, 2018: 482).

Tanto no rural, no litoral, nas áreas ribeirinhas, como no espaço urbano identificamos atitudes ecológicas e solidárias que vão ao encontro das necessidades básicas da população e assim confrontam os processos de “desterritorialização” (HAESBAERT, 2016). Ações que envolvem uma pluralidade de protagonistas locais que buscam formas de emancipação em que pensamento e ação acontecem de forma contínua e simultânea.

A compreensão do território diminui o risco da alienação e fortalece o sentido de identidade e pertencimento individual e coletivo. Assim, o território torna-se a “sede das resistências”, onde as contradições do poder econômico e da construção histórica, refletidas nos modos de produção se manifestam. No território estas contradições ficam muito aparentes e são geradoras de conflitos. No território as comunidades debatem e investem nas suas expectativas (SAQUET, 2018).

A descoberta do território ocorre justamente quando se coloca em cena a identidade distintiva do território, que o diferencia dos demais, induzindo-se sentimentos de pertencimento e partilha, juntamente com a própria gestão dos conflitos a partir da definição de interesses e objetivos comuns (SAQUET, 2018: 486).

Acontece, portanto, processos de “auto-organização-práxis” independentes, mas que não desconsideram o Estado e a política formal, como os conselhos, partidos, sindicatos (SAQUET, 2018).

O processo de (in)formação da consciência de classe e de lugar influencia a compreensão do território-lugar, do seu reordenamento com justiça social e, ao mesmo tempo, a relação território-lugar possibilita uma ampla e complexa compreensão dos processos de qualificação da consciência de classe e de lugar, no constante movimento de construção popular do desenvolvimento de base local, ecológica, cultural, dialógica e reflexiva (SAQUET, 2018: 489).

A partir do diálogo obtém-se a consciência do território e através de uma dialógica contínua, conquista-se “capital político” e ações socioambientais são geradas. Os territórios são transformados em “comunidades autônomas”.

A ideia, portanto, mais do que apontar em direção a um resultado específico, é capacitar as pessoas e produzir autonomia, equidade e sustentabilidade, especialmente para as populações excluídas e/ou vulneráveis (MACHADO, 2022: 40).

Com a construção de territorialidades socioambientais provocamos novos diálogos, novas ações, novas consciências do território, fortalecimento dos movimentos sociais e novos saberes relativos à questão ambiental. Dialogamos com a proposta de Boaventura de Souza Santos (2002) de que é necessário apostar em uma “ecologia de saberes”. Estes elementos não acontecem de forma linear, mas dialeticamente simultâneos, sobrepostos, transversais e multidirecionais.

Constatamos, preliminarmente, por meio das pesquisas realizadas até o momento por nosso grupo, que os movimentos sociais estão buscando maior força política organizando-se em seus territórios, principalmente através dos conselhos (COELHO, 2017) comitês, associações, organizações e ações alternativas, mas ainda não possuem tanta força política para influenciar as decisões governamentais.

A práxis acadêmica transcende a mera produção teórica ao integrar-se organicamente com os movimentos sociais, assumindo um compromisso ético e político com a transformação socioambiental. Inspirada na dialética freireana e na crítica de autores como Rosa Luxemburgo, a abordagem adotada pelos pesquisadores enfatiza a indissociabilidade entre teoria e ação, onde a reflexão crítica — fundamentada em elementos como contextualização da experiência e encontro com o outro — serve como alicerce para intervenções solidárias. Ao adotar a etnografia como método, a pesquisa não apenas desvela as contradições do sistema capitalista, expressas no consumo alienante e na fragmentação dos laços sociais, mas também propõe alternativas concretas, como a "práxis solidária nas viagens", que humaniza relações e fortalece lutas coletivas (FORTUNATO e NEFFA, 2018). Essa postura acadêmica, portanto, alinha-se aos princípios da educação intercultural e da emancipação, reafirmando o papel da universidade como espaço de diálogo com as demandas populares e de construção de saberes comprometidos com a justiça social e a sustentabilidade.

Identificamos que existe um processo de apropriação do território e dos serviços públicos que vem gerando conflitos sociais e degradação ambiental. Pretendemos contribuir para o desenvolvimento de novas políticas públicas, criando maior resiliência, evitando novas tragédias e provocando melhorias socioambientais para a população menos privilegiada. Nestes processos a comunicação ativa é fundamental.

Habermas (1981) destacou que as mudanças ocorrem para o bem de uma comunidade quando temos um processo de “comunicação ativa” em que os movimentos sociais se organizam para ações, a fim de construir uma sociedade democrática e com metas concretas a serem conquistadas para vencer a apatia e a pobreza (HABERMAS, 1981). O objetivo é a formação de cidadãos que participam ativa e criticamente dos processos políticos, sociais, econômicos, ambientais, substituindo o isolamento por participação e integração.

Nesse processo de comunicação ativa os protagonistas locais funcionam como ponte entre as reivindicações da comunidade com outros setores da sociedade e do poder público. Exercem também a função de promoverem trabalho e renda, através do desenvolvimento de tecnologias sociais (DAGNINO, 2014). São, portanto, comunicadores ativos em direto contato com o território. Dessa forma, identificam os problemas, trabalham as vulnerabilidades e criam oportunidades. Criam relações horizontais através do coletivo social na busca de autonomia e assim constroem territorialidades socioambientais.

Os interesses por transformações geram novas formas de comunicação e organização em que ocorre uma dialética entre comunicação, representação, aspectos psicossociológicos e busca por reconhecimento.

Os grupos sociais procuram resolver os problemas socioambientais das realidades que os cercam e identificam as estruturas de poder presentes. Quando os grupos sociais se comunicam por meio de redes solidárias podem surgir caminhos nos quais os protagonistas locais, em conjunto com seus saberes e valores, constroem territorialidades socioambientais.

A solidariedade se constitui como um princípio fundamental na atuação dos coletivos sociais, estabelecendo relações que transcendem a lógica instrumental do mercado. Nas territorialidades socioambientais, este princípio desempenha um papel transformador ao questionar estruturas de poder consolidadas e fomentar novas formas de sociabilidade baseadas na cooperação e reciprocidade. Sua relevância se manifesta tanto na esfera material quanto simbólica dos processos de territorialização. No plano concreto, os movimentos sociais contribuem para a formação dessas territorialidades através da proposição de ações políticas efetivas, da pressão sobre as instâncias de poder público e da implementação de práticas alternativas de gestão do território. Paralelamente, na dimensão imaterial, atuam na construção de identidades coletivas, fortalecendo o senso de pertencimento mediante a valorização de saberes locais e a criação de narrativas compartilhadas sobre o espaço vivido. Esta dupla dimensão de atuação - material e simbólica - revela-se essencial para a constituição de territorialidades alternativas. Ao mesmo tempo em que contestam os modelos dominantes de apropriação do espaço, esses movimentos ressignificam as noções de política e comunidade, abrindo caminho para formas inovadoras de organização social que articulam justiça ambiental com equidade social. O processo de construção dessas territorialidades envolve, portanto, não apenas a transformação concreta do espaço, mas também a produção de novas subjetividades e formas de compreensão do mundo (LAURIA, NETTO e FORTUNATO, 2023).

#### 4. Considerações finais

Ao final deste ensaio sobre o uso do termo territorialidades socioambientais, podemos compreender que as bases teóricas do conceito, ainda em construção, estão atreladas a, pelo menos, sete grandes questões, são elas: (in) justiça ambiental, etnografia dos conflitos ambientais, movimentos sociais, redes de solidariedade, atuação política, comunicação ativa e desenvolvimento endógeno. A práxis acadêmica, articulada no artigo, une teoria e ação para promover transformação social, alinhando-se aos movimentos sociais através de reflexão crítica e intervenção solidária.



A pesquisa adota uma abordagem crítica que integra etnografia e ecologia política para analisar territorialidades socioambientais, utilizando métodos qualitativos como observação participante e cartografias sociais para revelar estratégias de resistência e alternativas ao desenvolvimento hegemônico. Os resultados destacam a importância de metodologias plurais que valorizem saberes locais, desafiando dicotomias e evidenciando como arranjos territoriais articulam justiça ambiental e equidade social em contextos de conflito.

Sabemos das dificuldades e dos desafios que envolvem a criação e a aceitação de um novo conceito teórico. No entanto, acreditamos estarmos no caminho certo por três motivos principais:

- (a) as territorialidades ganharam um sentido dinâmico, sistêmico em que fortalecemos as noções de multiterritorialidades e de redes multidirecionais;
- (b) a necessidade de uma visão transdisciplinar para trabalhar com os problemas socioambientais coloca sociedade e natureza como complementos interconectados em sua relação com o território;
- (c) Por meio do reconhecimento do seu território, a sociedade civil organizada enfrenta e resiste as contradições do atual modelo de desenvolvimento e propõe políticas públicas para superação dos problemas socioambientais.

Seguimos com o desafio de construirmos o conceito teórico metodológico das territorialidades socioambientais. Acreditamos em sua abrangência e colaboração para as análises das dinâmicas provocadas pela relação sociedade e natureza no território e para ação política emancipatória.

## 5. Referências

- ACOSTA, A. O Bem Viver. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo - Elefante Editora, 2019. 135p.
- ACSELRAD, H. “Conflitos Ambientais – a atualidade do objeto” in ACSELRAD, H. (Org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 8-13, 2004.
- ALIMONDA, H. Política, Utopia, Naturaleza in ALIMONDA, H. (ORG.) *Ecologia Política: naturaleza, sociedad y utopia*. Buenos Aires: CLASCO, 2002. p. 9-18. 392p.
- ALMEIDA, M. W. B. Direitos à Floresta e Ambientalismo: seringueiros e suas lutas in ANPOCS: RBCS, 19, p. 33-53, 2004.

BACHELARD, BACHELARD, G. A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BULLARD, R. *People of Colour Environmentalism*. Cambridge: MIT Press, 2003.

COELHO, B. H. S. Potencialidades e limites de conselhos de unidades de conservação: considerações sobre a implantação do Comperj na região do Mosaico Central Fluminense. Doutorado em Psicologia social – UFRJ: Programa EICOS, 2017.

COELHO NETO, A. S. Redes sociais, Participação social e a Territorialidade como Componente de Democratização do Ordenamento Territorial in SILVA, O. A.; SANTOS, E. M. C. e COELHO NETO A. S. *Identidade, Território e Resistência*. Rio de Janeiro: Consequência Editorial, 2014.

CHUEIRI, D. M. A. Gestão costeira integrada e dinâmicas territoriais em regiões turísticas insulares: Ilha Grande (RJ-Brasil) e Île d'Oléron (França). Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGMA-UERJ, 2021.

DAGNINO, R. Tecnologia social: contribuições conceituais e metodológica. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

DALMOLIN, B. M., LOPES, S. M. B. e VASCONCELLOS, M. P. C. *A Construção metodológica do campo: etnografia, criatividade e sensibilidade na investigação in Saúde e Sociedade Vol. 11*, 2002.

FERREIRA, F. P. M. Territorialidades socioambientais em Teresópolis – RJ: movimentos sociais e transformações territoriais. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) – Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

FORTUNATO, R. A. et al. *Propriedade Intelectual e Territorialidades Socioambientais na Semana de Meio Ambiente UERJ-2024* in (Org.) Santiago, A. M. A. et al. Universidade Extensão e Sustentabilidade: reflexões da semana do meio ambiente UERJ/2024. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2025. (ISBN: 978-65-996305-5-2) p. 139-152

FORTUNATO, R. A. Hospitalidade e solidariedade nos territórios do bem viver. Rio de Janeiro: Multifoco, 2020.

FORTUNATO R. A. e NEFFA, E. Práxis solidária nas viagens e o enfrentamento dos problemas socioambientais in *Revista Convergência Crítica*. Nº13, 2018.

GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

GUATTARI, F. *As três ecologias*. São Paulo: Papirus Editora, 2022. 56p.

HABERMAS, Jurgen. The Theory of Communicative Action. Cambridge: Polity Press, 1981. 562p.

HAESBAERT, R. *Des-Territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997. 277 p.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*, RJ: Bertrand Brasil, 2016.

HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003. 147p.

LAURIA, P. T. B. R.; NETTO, A. L. e FORTUNATO, R. A. Reflexões sobre territorialidades socioambientais em uma cidade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro in *Revista Mosaicos Estudos em Governança, Sustentabilidade e Inovação*, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 104-123, 2023.

LITTLE, P. E. *Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico* in Porto Alegre: *Horizontes Antropológicos*, 1-16, 2006.

MACHADO, G. *Somos Natureza: soluções baseadas na natureza para o desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Bambual Editorial, 2022. 253p.

PEET, R. e WATTS, M. *Liberation Ecologies: environmental movements, development, social movements*. London and New York: Routledge, 1996. 286p.

RUGGERIO, C. A.; BESSANA, P. B. e GALVEZ, J. P. Nuevos desafíos em el estudio de conflictos ambientales in *América Latina III: reflexiones sobre casos em la Argentina, Brasil, Colombia y México*. Buenos Aires: Ediciones UNGS, 2022. 266p.

SANGASUBANA, N. *How to conduct ethnographic research. The Qualitative Report*, 2009. Disponível em: <<http://nova.edu/ssss/QR/QR16-2/sangasubana.pdf>>. Acesso em jan. 2022>.

SAQUET, M. A. A Descoberta do Território e outras premissas do Desenvolvimento Territorial. *Revista brasileira de estudos urbanos regionais*. São Paulo: V.20, N.3, p. 479-505, set-dez, 2018.

SAQUET, M. A. Participação Social em Territórios de Identidade e Desenvolvimento para a Práxis Dialógica e Cooperativa in SILVA, SANTOS e COELHO NETTO Identidade, Território e Resistência. Rio de Janeiro: Editora Consequência, p. 11-36, 2014.

SAQUET, M. A. *Por uma abordagem territorial* in SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. *Territórios e Territorialidades: Teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Fundação Petrópolis, 2005.

SANTOS, B. S. *Para uma sociologia das Ausências e uma sociologia das Emergências*. Coimbra: Revista Crítica de Ciências Sociais, 2002. 44p.

SANTOS, B. S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, M. O Retorno do Território in SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. e SILVEIRA, M. L. *Território: Globalização e Fragmentação*. Ed. Hucitec, 1998.

VELHO, G. Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

ZAOUAL, H. O *Homo Situs* e suas perspectivas paradigmáticas. Oikos Volume 9 nº1, RJ, p. 13-39, 2010.

Revista  
CONVERGÊNCIA  
CRÍTICA